

# ALTERNATIVAS DE FINANCIAMENTO DA AGRICULTURA NA REGIÃO DE ANDRADINA, SP

Elaine Mendonça BERNARDES<sup>1</sup>

---

**Resumo:** Este trabalho analisou alternativas ao crédito rural oficial no período de 1990 a 1995, encontradas em 13 municípios da região Noroeste do Estado de São Paulo. Os objetivos foram: (a) identificar as fontes alternativas ao crédito rural oficial que financiaram os produtores rurais, e (b) descrever essas fontes alternativas de financiamento. Os resultados indicaram que os produtores receberam algum crédito alternativo, cujas taxas de juros parecem ter sido mais altas que as taxas oficiais. Firms produtoras de sementes, e outras, que atuam no agronegócio, foram as mais importantes fontes de financiamento alternativo encontrada na pesquisa.

**Palavras-chave:** crédito rural; mercado financeiro regional; financiamento informal; financiamento agropecuário.

---

## 1 Definição do Problema e a Justificativa do Estudo

No período áureo da política de crédito rural subsidiado, os estudos envolviam valores de financiamento controlados pelo Sistema Nacional de crédito rural (SNCR) e, mais raramente, financiamentos fornecidos por bancos, a taxas de juros não controlados. Um traço comum nesses financiamentos era o fato de contratos serem devidamente formalizados. Com a escassez e o encarecimento dos recursos oficiais, principalmente a partir da década de oitenta, outras fontes de financiamento surgiram, e difundiu-se a preocupação com financiamentos que fazem parte da “economia informal”. Os trabalhos passaram a tratar, não somente dos recursos oficiais, mas também das fontes informais (ou semiformais) de financiamento.

As discussões e projetos de pesquisas sobre financiamento rural buscavam melhorar a compreensão do funcionamento dos mercados informais na agricultura brasileira.

---

<sup>1</sup> FE/UNESP – Caixa Postal 31. CEP: 15.385-000 - Ilha Solteira. SP.

(ALMEIDA; FRANCA, 1993). Várias são as diferenças apresentadas por esses autores entre crédito formal e informal. Consideraram relevante o fato de não existir garantias explícitas por parte dos ofertantes do crédito. A base fundamental, neste caso, é o relacionamento pessoal entre o prestador e tomador de empréstimo. Ainda de acordo com Almeida e Franca, sabe-se que o financiamento informal à agricultura foi bastante estudado também em grande número de países, em todos os tipos de economia. Para esses autores, os mercados informais, na sua grande diversidade de agentes e formas de operação, podem servir prontamente ao produtor necessitado de recursos. A facilidade e a rapidez na obtenção de crédito são alguns dos pontos fortes desses mercados, compensando, em parte, os altos custos cobrados pelos intermediários.

Em relação ao volume de crédito oficial fornecido ao Estado de São Paulo, a participação da região que corresponde às antigas Delegacias Agrícolas de Andradina (D.A.A.) e de Pereira Barreto (D.A.P.B.)<sup>2</sup>, não se destacou no período de 1990 a 1995, particularmente quando se exclui o dado relacionado à pecuária<sup>3</sup>. A D.A.A. apenas em 1992 e 1995 ultrapassou 1% na agricultura e a D.A.P.B., teve sua maior participação no ano de 1993 (1,98%), em função da elevação na captação de crédito para custeio, no qual representou 2,73% em relação ao total do Estado de São Paulo. Este valor é bastante superior a outros obtidos durante o período estudado (em nenhum outro ano atingiu sequer 1%) Na obtenção de crédito para a pecuária, a D.A.A. foi superior à sua participação na agricultura, atingindo 4,63% no ano de 1994. Nesse ano (início do Plano Real), verificou-se grande aumento na participação dessa delegacia na captação de recursos do crédito para investimento (representou 12,76% do volume de crédito para investimento em pecuária no Estado). No ano seguinte, caiu para 7,45% levando a participação da região no crédito para pecuária a 2,83% (valor ainda superior aos encontrados para os anos de 1991, 1992 e 1993). A participação da D.A.P.B. no crédito à pecuária foi semelhante à participação para crédito agrícola. Nas duas delegacias agrícolas, os valores sugerem que o financiamento oficial não foi suficiente, no período, para a região mencionada, e que possivelmente, outras fontes de recursos teriam sido utilizadas pelos produtores. Identificar essas fontes e descrever esses financiamentos, foram os objetivos deste trabalho.

---

<sup>2</sup> Essas duas delegacias faziam parte da DIRA (Divisão Regional Agrícola) de Araçatuba. Atualmente pertencem ao Escritório de Desenvolvimento Rural de Andradina.

<sup>3</sup> Os dados sobre crédito rural oficial das duas delegacias foram levantados na primeira parte dessa pesquisa e encaminhados para publicação por esta autora sob o título Mercados Financeiros Regional: o Crédito Rural no Noroeste Paulista.

Em função da diminuição do crédito rural oficial ao longo dos anos oitenta, outras formas de financiamento também se intensificaram na região que corresponde atualmente ao Escritório de Desenvolvimento Rural (EDR) de Andradina, mas dados sobre esse assunto são escassos na literatura, mesmo para outras regiões. Na troca de insumos por quantidade de produtos – um tipo de financiamento usado – a taxa de juros embutida não é clara para o mutuário. Considerando a existência de fontes informais de financiamento da produção e comercialização de produtos agropecuários, buscou-se determinar a importância de formas de financiamento informal em duas delegacias agrícolas da DIRA de Araçatuba: Andradina e Pereira Barreto. Essas duas delegacias possuem algumas características próprias que influenciam as formas e fontes de financiamento. Deve ser ressaltado que formas de financiamento informal, de acesso mais fácil, fazem surgir questões relevantes para elaboração de política agrícola.

Ao problema da redução e encarecimento do crédito rural Oficial, devem ser acrescentados aspectos regionais que justificam a importância de informações sobre fontes alternativas de financiamento na região. Em primeiro lugar, trata-se de uma região com predominância de pecuária de corte extensiva. (DONNADELLI et al., 1997). Sabe-se que, em geral, essa atividade recebeu poucos estímulos para se modernizar, mesmo durante o período de crédito farto. Sabe-se ainda que a construção das hidrelétricas na região gerou alguns impactos sociais e a existência de pequenos proprietários de terra em áreas de reassentamento da CESP. Há ainda os assentamentos do INCRA e, em áreas de reformas de pastagens, nota-se a existência de pequenos arrendatários (pequenos produtores agrícolas). Tais características conferem às fontes de financiamento, além da importância econômica, uma importância social.

## **2 Financiamentos Agropecuários Alternativos**

Com a extinção da Conta Movimento, em 1986, que permitia ao Banco do Brasil sacar diretamente do Tesouro Nacional, a captação de recursos para o crédito rural tornou-se mais difícil. A supressão da conta movimento, conforme Barros e Araújo (1991) fazia parte das mudanças implementadas em 1986, visando conter inflação. Recursos passaram a ser alocados da caderneta de poupança rural e também das instituições financeiras. Para Shirota (1988), em função da elevação de encargos financeiros, o volume de crédito rural demandado diminuiu, simultaneamente à contração da oferta. Conforme lembram Araújo et

al. (1991), o custo financeiro dos recursos que passaram a ser utilizados (poupança rural e recursos das instituições) é mais elevado em relação ao dos recursos das exigibilidades do Manual de crédito rural e do Tesouro Nacional. Isso teria feito com que os agricultores buscassem outras fontes ou formas contratuais para financiar seus empreendimentos.

A partir dos anos de 1987 a 1988, com a forte diminuição dos volumes de crédito rural e a elevação dos encargos financeiros, iniciou-se um movimento privado de fornecimento de recursos ou insumos para o produtor por ocasião do plantio em troca de uma certa quantidade de produto, que seria entregue ao financiador na época da colheita. (CAFFAGNI, 1997, p.2.11). Cooperativas, fornecedoras de insumos, agroindústrias e exportadoras captavam recursos externos, cujas taxas de juros eram bastante inferiores às daquelas do mercado interno, e as repassavam ao produtor. De acordo com Caffagni, o negócio era firmado por um contrato particular concebido pela Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (Anec). Para Dias (1995), há evidências significativas de que os produtores das zonas de fronteira tecnológica haviam encontrado fontes internas de capitalização ou crédito alternativo suficientes, quando as relações de troca eram favoráveis ao setor agrícola, para o processo de ajustamento pelo qual passou a agricultura na década de oitenta.

As formas de financiamento alternativas mais citadas na literatura eram a troca de insumo por produto (escambo) e a venda antecipada. Nesta última, a agroindústria financiadora fornece recursos em troca do recebimento de produtos na época da colheita. Na troca de insumo por produto “o comprador fornece insumos ao produtor, por ocasião do plantio, recebendo como pagamento uma certa quantidade de produto, na época da colheita.” Caffagni (1997) lembra que esse sistema foi muito utilizado na compra de soja, por propiciar cobertura ou hedge quase perfeito na Chicago Board of Trader (CBOT). Ainda de acordo com o mesmo autor, esse sistema foi responsável pela sobrevivência do setor de produção e por manter satisfatórios os níveis de produção no Brasil em 1989, 1990 e 1991.

Araújo et al. (1991) apresentaram resultados obtidos em levantamento realizado em doze municípios das diferentes regiões do País: Ariquemes, Canindé, Cruz das Almas e Petrolina no Norte-Nordeste; Lajeado e Carazinho no Sul, Ponte Nova, Guaíba e Batatais no Sudeste e Rio Verde, Rondonópolis e São Gabriel no Centro-Oeste. Verificaram que as variações nas formas contratuais são muito grandes, indo desde acordos apenas verbais, até contratos particulares registrados, com hipoteca ou penhor da safra.

“Instrumento particularmente interessante na recente experiência de financiamento da agricultura brasileira é o denominado “soja verde”(contrato a termo). Consiste na venda antecipada da produção pelos produtores ou suas cooperativas a

agroindústrias ou firmas exportadoras. O recebimento do valor pactuado ocorre no ato da formalização do negócio e a entrega do produto na época da colheita. Trata-se de um contrato mercantil amparado pelos Códigos Comercial e Civil. Neste contrato são definidos: quantidade a ser entregue, características do produto (maturação, teor de umidade e impurezas), data de entrega e armazém. O preço ajustado na negociação é baseado numa expectativa de preço futuro. Por suas características de amparo legal, talvez deva ser considerada uma operação do tipo semi-formal.” (ARAÚJO; ALMEIDA, 1996).

São consideradas formas de financiamento informais, aquelas “realizadas fora do controle governamental.” (ARAÚJO; ALMEIDA, 1992 apud ALMEIDA; FRANCA, 1993). São mencionados por Almeida e Franca quatro tipos de operações financeiras informais bastante comuns entre os agricultores: (a) empréstimos em dinheiro obtidos fora do sistema bancário, ou seja, de particulares ou firmas ligados à atividade agropecuária; (b) operações de escambo do tipo insumo/produto ou serviço/ produto realizadas entre fornecedores de insumo/serviços e produtores rurais; (c) compras e/ou vendas antecipadas de produção, realizadas entre produtores e comerciantes ou beneficiadores de produtos agrícolas, e (d) poupança e empréstimo realizados por grupos de poupança ou associações de poupança e crédito rotativos, organizados pelos próprios agricultores.

### **3 O levantamento de dados na região em estudo**

Buscou-se determinar, através de entrevistas, outras fontes de financiamento que tenham atuado na região composta pelas antigas delegacias agrícolas de Andradina e de Pereira Barreto, no período de 1990 a 1995. As entrevistas foram realizadas com engenheiros agrônomos que atuam na região, representantes de firmas de insumos e produtores rurais. É importante reconhecer que a obtenção de dados consistentes sobre outras fontes de financiamento é tarefa que exige que se estabeleça alto grau de confiança entre o entrevistado e o entrevistador. Quando o entrevistado é um produtor rural, em geral parece ter escrúpulos que o impedem de mencionar as taxas de juros cobrados por “amigos” ou firmas de insumo. As entrevistas com possíveis agentes financiadores, por outro lado, deixaram clara a preocupação dos informantes em não caracterizar “agiotagem” (crime previsto em lei número 22626 – “Lei da Usura”, 1933).

O levantamento de campo foi realizado em 1998. Uma vez que as questões referiam-se a safras passadas, havia a dificuldade, por parte dos entrevistados, de se

lembrarem dos valores com precisão. Além disso, houve mudança de moeda no período ao qual se referiam as questões. Esses aspectos dificultaram obter valores reais, mas, apesar dessas dificuldades, foi possível detectar-se a existência de crédito informal na região e os resultados serão descritos, resumidamente a seguir.

## **4 Os resultados Obtidos**

### **4.1 Delegacia Agrícola de Pereira Barreto**

As principais fontes de financiamentos não oficiais da produção agrícola dos municípios da D.A.P.B. foram firmas que comercializam insumos. Este tipo de financiamento (conhecido entre os representantes dessas firmas como “repassé”) chegava até os produtores através dos próprios representantes ou técnicos das cooperativas que atuavam na região. Ao contrário do que se imaginava, a Cooperativa de Pereira Barreto não apresentou papel importante no fornecimento destes financiamentos, não fazendo parte da política da empresa vender a prazo (de acordo com seu então Presidente, Senhor Paulo Ono)<sup>4</sup>. Alguns produtores chegaram a mencionar pequenas compras a prazo, mas nada representativo. Por outro lado, o papel de cooperativas maiores foi bem mais relevante neste aspecto. Dentre elas, a COBRAC de Araçatuba, Café Alta e até mesmo a Cotia foram mencionadas.

O principal produto agrícola que obteve financiamento via “repassé” foi o milho, basicamente através da Agrocere e Semeale. A dívida era contraída com a firma com base em uma proporção fixa. O preço mínimo fixado pelo governo como indicador no dia da negociação durante o período de 1991 a 1995, exceto em 1993 quando a Agrocere optou pelo dólar. A proporção mencionada variou entre 5 sacos (60 quilos) para 1 saco (20 quilos) de semente, 10 para 1 até um valor mais extremo de 15 para 1.

Além do financiamento para milho, também foram detectados financiamentos alternativos para algodão e feijão. Este último, basicamente em função da inexistência de crédito oficial para a região. O único dado encontrado sobre o financiamento para o feijão, na realidade também diz respeito a “escambo” e indicou uma proporção de troca de 2 para 1 (saco de produto por sacos de semente).

A situação do algodão na região foi bastante difícil durante o período em estudo. A algodoeira de Jales foi mencionada como uma fonte de financiamento através de

---

<sup>4</sup> Comunicação pessoal, 1997.

adiantamentos em dinheiro, também realizados tornando-se por base o preço mínimo oficial. Em Sud Mennucci, a algodoeira mantinha um representante que financiava a produção (plantio à colheita) de cerca de 15 a 20 produtores na região. Nos anos de 1992 e 1993, o número de produtores que procurou por esse crédito foi mais alto. A partir de então, a produção de algodão teria “desaparecido da região” e os produtores não teriam pago suas dívidas até a data em que as entrevistas foram realizadas (junho/1998). Sediado em Pereira Barreto, um ex-comprador de algodão explicou que realizava a compra antecipada do produto e ganhava “apenas na diferença dos preços” entre os períodos de safra e entressafra. Além do empréstimo em dinheiro para cerca de 200 produtores de algodão e milho, também financiava a compra de inseticida (principalmente para o algodão) e adubo.

O financiamento de crédito, através da venda de fertilizantes existiu no período na Delegacia Agrícola de Pereira Barreto, mas a importância parece ter sido inferior às outras formas de financiamento já mencionadas. Limitavam-se a prazos de 30 e 60 dias, sendo fornecidos apenas “desconto” de 10 a 15% para compras à vista. Nesse caso, a garantia era uma duplicata.

Foi observada a importância dos postos de gasolina como fornecedores de crédito para produtores, principalmente nas menores cidades. Algumas vezes era exigida nota promissória, e há casos de proprietários de postos sem receber o que emprestaram até o momento em que esta pesquisa foi concluída (julho de 1998). Esse tipo de fornecimento de recursos era extensivo à pecuária, para a qual as possíveis fontes de financiamento são em menor número, resumindo-se ao laticínio (que fornecia 30 dias de prazo apenas nos medicamentos) e às lojas que comercializavam produtos veterinários e/ou agropecuários. Se por um lado a situação dos pecuaristas é mais confortável que a dos outros produtores da região quanto ao endividamento, o mesmo não pode ser dito sobre as “casas agropecuárias”. Como foi constatado no levantamento de campo, as firmas que atuavam no setor, no período em estudo, fecharam ou estão com novos donos. A estimativa mencionada por técnicos que atuam na região é de que essas firmas não permanecem no mercado por mais de 3 (três) anos!

#### **4 2 Delegacia Agrícola de Andradina**

Em primeiro lugar, é importante mencionar que, durante o período em estudo, ainda funcionava em Andradina a COBRAC, cuja importância no fornecimento de prazos para pagamento foi detectada nas duas delegacias. O financiamento do crédito fornecido pela COBRAC era através de contratos, e o prazo para pagamento variava de 30 a 180 dias. Os

recursos para o fornecimento desses financiamentos também se originavam do “repasso” obtido das multinacionais (Zêneca do Brasil, Dupont, Bayer). Em geral, correspondiam a defensivos, adubos e sementes (sem que houvesse destaque, de acordo com os entrevistados, a algum insumo específico). Evidentemente, era um crédito apenas para custeio e, dentre os produtos, mais uma vez, destacava-se o milho. Outros produtos também beneficiados por essa política da cooperativa eram feijão, tomate, mas em municípios de outra delegacia agrícola, não nas duas estudadas, abacaxi, cebola e algodão. Para a pecuária, restringia-se aos produtos veterinários.

Além do “repasso” dos recursos das firmas de insumo e do crédito oficial, a COBRAC também atuou no fornecimento a produtores de algodão (compra antecipada com recursos da própria cooperativa). Este tipo de financiamento elevou-se em 1993. Antes disso, utilizavam recursos do EGF – empréstimos do governo federal. Em 1994 e 1995, passada a euforia do Real, aumentou muito a inadimplência. Essas dificuldades tiveram como resultado a queda na quantidade processada. De 1.200.000 arrobas que eram processadas pela algodoeira da cooperativa, em 1998 restaram apenas 170.000. A influência da política agrícola “pós Plano Real” foi várias vezes apontada pelos entrevistados como responsável pela inadimplência, observada a partir de 1993, e até mesmo pelo fechamento da COBRAC em Andradina.

Outra importante fonte de financiamento detectada na pesquisa foi um comerciante de produtos para agropecuária (também produtor rural e intermediário), que atuou basicamente com assentados nos anos de 1991-1992. Mais de cem produtores assentados teriam obtido recursos com esse comerciante para custeio das lavouras de milho, algodão e feijão. Tomado por base o preço mínimo do dia, era feito o cálculo de 1 saco de semente para 9 ou 10 sacas do produto (milho). O comerciante fornecia também vale para produtores adquirirem alimentos em supermercados para pagamento na safra. Na tentativa de garantir o recebimento, enviava um “fiscal” aos diversos locais para verificar se os assentados estavam, de fato, plantando. Apesar dessa tentativa de controle no campo e das duplicatas e promissórias, o entrevistado afirmou não ter recebido o pagamento de grande volume de dívidas.

Merece destaque o município de Guaraçaí quanto ao financiamento de atividades ligadas à comercialização do abacaxi. Sabe-se que comprador (es) desse produto, que atua(m) no mercado atacadista da cidade de São Paulo, compra(m) antecipadamente a produção “na roça”. Um conhecido comprador de Guaraçaí afirmou ser “apenas o representante do comerciante” e que se limitava a comprar antecipadamente a produção,



contrariando as informações obtidas nas entrevistas com produtores e comerciantes do município. Apesar dessa particularidade, o município não foi exceção quanto a outras formas de financiamento: também foi verificado prazo de 90 dias para compradores de adubos, sementes, inseticidas para cerca de 60 produtores em uma firma de vendas de produtos agropecuários. A inadimplência, neste último caso foi apontada como baixa na época. A explicação disso talvez esteja nas baixas taxas de juros que afirmaram cobrar. Na realidade, a preocupação era apenas com a correção monetária e com a garantia exigida (duplicatas). No mesmo município, também merece destaque a forma encontrada por um produtor para financiar suas despesas com transporte. Ele adquire combustível diretamente do distribuidor, com o mesmo desconto obtido pelos donos de postos de combustíveis (6%) e paga com prazo de até 20 dias.

## **5 Conclusão**

A insuficiência dos recursos oficiais para a região no período de 1990 a 1995 aumentou a relevância dos problemas enfrentados para a captação de recursos não oficiais e, particularmente, de financiamentos alternativos informais ou semi-formais. O produto que obteve a maior parte desses recursos foi o milho, via “repasse” de recursos das firmas de sementes e os preços mínimos divulgados pelo governo serviam de indicador nas negociações. Este aspecto indica a importância da política de preços mínimos para esse tipo de financiamento, na região. A existência de inadimplência, apontada por fornecedores de financiamento da produção para pequenos produtores (inclusive assentados), com destaques para produtores de algodão, foi um sério problema.

BERNARDES, Elaine Mendonça. Regional Financial Market: Rural Credit in the Norwest of the State of São Paulo. **Economia & Pesquisa**, Araçatuba, v. 7, n. 7, p. , mar. 2005.

### **Agriculture financing alternatives on the region of Andradina**

**Abstract:** This work analyzed alternatives to official rural credit from 1990 to 1995 in 13 cities in the Northwest region of Sao Paulo state. The objectives were to: (a) identify alternative sources for official rural credit that had financed producers, and (b) describe such kinds of alternatives for official rural credit. The results indicated that the producers received

some kinds of alternative financial credit and the interest rates seemed to be higher than official rates. Seed Producer Companies and other companies which work in agribusiness were the most important source for alternative financial credit.

**Keywords:** Rural credit; regional financial market; alternative financial market; agricultural financing.

### **Referências Bibliográficas**

ALMEIDA, A.; FRANCA, T.J. Mercados financeiros rurais: alternativas para a agricultura.

**Informações Econômicas**, São Paulo, v.23, n.4, p.25-38, abr. 1993.

ARAÚJO, P.F.C.; ALMEIDA, A. Financiamento da agricultura no Brasil: da crise do crédito barato à perspectiva de um novo modelo. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE POLÍTICA AGRÍCOLA, 8., 1996. **Anais...** Viçosa: UFV, 1996.

ARAÚJO, P.F.C. et al. **Descrição dos mercados financeiros formais e informais na agricultura brasileira**. Piracicaba: Fealq/Cepea, 1991. 37p. (Relatório de Pesquisa).

BARROS, G.S.A.C.; ARAÚJO, P.F.C. **Oferta e demanda de crédito rural no Brasil: algumas evidências empíricas sobre seus determinantes**. Piracicaba: Fealq/Cepea, 1991. 32p. (Relatório de Pesquisa).

CAFFAGNI, L. C. Financiamentos formais, alternativos e potenciais para agropecuária. In: \_\_\_\_\_. **Curso de comercialização de commodities: agropecuárias (7)**. Piracicaba: Fealq, 1997.

D.AS, C.L.S. **Mobilização de poupança e financiamento do setor agrícola**. Piracicaba: ESALQ, 1995. (Departamento de Economia e Sociologia Rural, Série Pesquisa, 51).

DONNADELLI, A. Atividade agropecuária no Estado de São Paulo: distribuição e valor da produção por Escritório de Desenvolvimento Rural, 1995/96 e 1996/97. **Informações Econômicas**, São Paulo, v.27, n.12, p.21-31, 1997.

SHIROTA, R. **Crédito rural no Brasil: subsídio, distribuição e fatores associados à oferta**. 1988. 220f. Dissertação (Mestrado) – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 1988.